

RBEMF

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA
MONETÁRIA E FINANCEIRA

Número Especial – O “Tarifaço” de Trump | 2025

ISSN 3085-7643

Análise do redirecionamento dos Investimentos Diretos da China no Brasil entre 2017 e 2023

Alice Sabino Pereira;

Kaio Vital da Costa



Análise do redirecionamento dos Investimentos Diretos da China no Brasil entre 2017 e 2023

Alice Sabino Pereira

Graduada pelo Instituto de Economia da UFRJ.

E-mail: sabinopalice@gmail.com

Kaio Vital da Costa

Professor do Instituto de Economia da UFRJ.

E-mail: kaio.costa@ie.ufrj.br

Resumo: Após a crise financeira de 2008, o cenário mundial tem sido marcado por tensões geopolíticas e pela adoção de políticas protecionistas, como o "tarifaço de Trump" em 2025, levantando temores de desaceleração econômica mundial. Este artigo analisa a reconfiguração dos investimentos estrangeiros diretos (IED) chineses na medida em que a China busca sua posição nesse contexto de reordenamento econômico. Por meio da análise de dados compatibilizados sobre IEDs chineses no Brasil, observa-se uma transição estratégica: maior atuação em países em desenvolvimento e foco em setores como energia e automóveis elétricos. O artigo discute ainda como essa realocação está relacionada aos objetivos de desenvolvimento sustentável e como a guerra comercial entre Estados Unidos e China influenciou o padrão de IED chinês.

Palavras-chave: investimentos estrangeiros diretos; internacionalização de empresas; guerra comercial; cadeias globais de valor.

Abstract

After the 2008 financial crisis, the global landscape has been characterized by heightened geopolitical tensions and the adoption of protectionist policies, such as the "Trump tariff hike" in 2025, raising concerns about a slowdown in global economic growth. This article examines the reconfiguration of Chinese foreign direct investment (FDI) as China seeks to position itself within this evolving economic order. Through an analysis of harmonized data on Chinese FDI in Brazil, a strategic shift is observed: increased engagement in developing countries and a focus on strategic sectors like energy and electric vehicles. The article further discusses how this reallocation aligns with China's sustainable development goals and how the U.S.-China trade war has influenced the patterns of Chinese FDI.

Keywords: foreign direct investment; internationalization of companies; trade war; global value chains.

1. Introdução

A crise financeira global de 2008 marcou o início de um ciclo de tensões geopolíticas e acentuou a percepção de que os ganhos da globalização são distribuídos desigualmente. Desde então, observa-se o aumento do ceticismo em relação ao multilateralismo e a crescente utilização de políticas industriais agora com o selo “verde”, com um menor crescimento do comércio internacional. Essa desaceleração da globalização foi chamada de “*slowbalization*” (Antràs, 2020; Baldwin, 2022). Exemplos como o acirramento do confronto comercial entre Estados Unidos e China pós eleição de Donald Trump em 2016, o Brexit em 2020 e a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 representam um desafio para as relações comerciais e impõem tensões na integração dos países e das firmas por meio das cadeias globais de valor (CGV).

Desde então, o mundo tem testemunhado uma reconfiguração das CGV e uma reorganização dos fluxos de investimento internacional. Para lidar com o novo contexto de integração econômica global, em um contexto de lenta e desigual recuperação da economia mundial, os países passaram a adotar estratégias como *friend-shoring*, *nearshoring* e/ou *backshoring* na busca por maior resiliência em suas cadeias produtivas e novas parcerias estratégicas, levando a uma reversão ou diminuição do processo de terceirização (*offshoring* e *outsourcing*) da produção (Aiyar *et al*, 2023). O resultado desse contexto foi uma reconfiguração no padrão de IED ao redor do mundo, com importantes impactos nos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Inserida nesse contexto de reordenamento econômico internacional, a China tem adaptado sua estratégia de internacionalização para enfrentar os novos desafios. As novas medidas tarifárias sobre importações, anunciadas por Donald Trump em 2025 - apelidadas de “tarifaço de Trump” (BBC News Brasil, 2025) -, adicionam um novo capítulo à guerra comercial e tecnológica entre EUA e China, impulsionando ainda mais o redirecionamento do investimento chinês para o Sul Global.

O objetivo geral deste artigo é caracterizar o padrão e evolução dos investimentos estrangeiros diretos chineses no Brasil em um cenário de reconfiguração da economia mundial. A fim de observar esse fenômeno de forma mais detalhada em nível setorial, este estudo contribui para a literatura a partir da compatibilização entre diferentes bases de dados não oficiais proposta por Sabino (2024). A principal pergunta que guia o presente estudo é como a corrida para atingir as metas fixadas no Acordo de Paris e as recentes disputas geopolíticas entre EUA e a China ajudam a explicar a reconfiguração do padrão de IED chinês na direção de setores como energias renováveis e automóveis no Brasil?

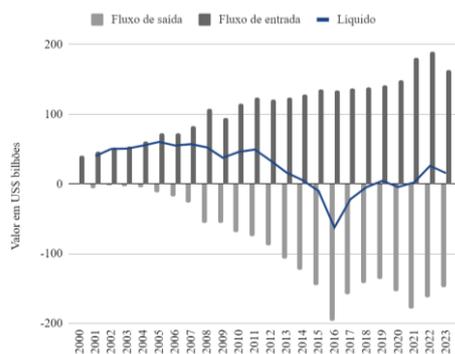
Este artigo está estruturado em 3 seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, foi realizada uma breve revisão da literatura empírica sobre a estratégia de investimento estrangeiro direto da China no contexto mundial. Na segunda seção, a trajetória e evolução dos IED chineses no Brasil foram apresentados, apontando as recentes mudanças em direção ao setor de energia. Além disso, a seção quatro abrange temas como os esforços de descarbonização da China e a intensificação da competição geopolítica entre China e Estados Unidos (EUA).

2. Estratégia de investimento estrangeiro direto da China no mundo

O expressivo crescimento do IED da China desde a década de 2000 consolidou a posição do país como um dos principais países em termos de fluxo de investimento em outros países. Essa tendência de crescimento se acentuou a partir de 2010, ano em que a China se tornou a quinta nação com maior envio de IED ao exterior (UNCTAD, 2011), com fluxos de investimento anual médio de US\$122 bilhões no período de 2011 a 2016.

Essa mudança no perfil do investimento pode ser visualizada com base nos fluxos de entrada e saída de IED chinês a partir do Gráfico 1. Depois de longos anos figurando como uma grande nação receptora de IED, as políticas implementadas pela China entre 2010 e 2016 impulsionaram o crescimento do IED “para fora”.

Gráfico 1 - Fluxos de entrada e saída de IED chinês (2000 - 2023), em bilhões de dólares correntes



Fonte: Elaboração própria com dados do Data Center da UNCTAD.

A expansão observada desde a década de 2010 não ocorre apenas em volume de investimento realizado, mas também com mudanças geográficas e setoriais. A partir desse ano, a China ampliou suas fronteiras de investimento dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, incluindo, além da Ásia, a América Latina. A Ásia continuou como a principal receptora, mas a América Latina se tornou a segunda região que mais recebeu IED chinês ao longo da década, indicando um interesse estratégico do país na região. No que tange à distribuição setorial, ao longo da década o setor de serviços, apesar de ter permanecido como o principal setor de realização do IED chinês, perdeu participação para o setor industrial, assim como o setor da agricultura, pecuária e extrativa mineral.

Recentemente, a estratégia chinesa tem se ajustado a uma nova fase, alinhada ao foco em um desenvolvimento mais sustentável. O movimento no padrão do IED chinês a partir de 2016 está associado à estratégia anunciada pelo governo em 2015 no 13º Plano Quinquenal Chinês (2016-2020), que estabeleceu as diretrizes para a transição de um crescimento econômico rápido (com taxa média de 9,6% entre 2000 e 2015) para um crescimento de maior qualidade (com crescimento médio de 6,6% ao ano entre 2016 e 2019).

Nesse contexto, o governo chinês passou a priorizar o investimento em setores de alta tecnologia e energias renováveis. Li et al. (2018) estimaram que entre 2000 e 2017 as empresas chinesas investiram aproximadamente US\$ 115 bilhões em 462 usinas elétricas no exterior, com a maior parte desse montante realizado nos últimos 4 anos do período (2014-2017) e direcionado principalmente a países em desenvolvimento, particularmente na Ásia e na América Latina. Desde 2016, esses fluxos têm se mantido estáveis, refletindo como a atuação externa da China muda de acordo com sua estratégia nacional de desenvolvimento (energético, produtivo, tecnológico e financeiro) (Garcia, 2020).

3. Análise da evolução da dinâmica do IED chinês no Brasil

Nesta seção, será feita uma análise da evolução temporal dos investimentos estrangeiros diretos chineses no Brasil, possibilitando a compreensão das tendências de curto e médio prazo e a percepção de algumas transformações na estratégia de internacionalização da produção chinesa. Os dados utilizados foram obtidos a partir do trabalho de Sabino e Costa (2024), que realizaram uma compatibilização parcial de múltiplas fontes de dados do IED chinês no Brasil e, posteriormente, adicionaram uma classificação mais precisa e desagregada dos investimentos

com base no CNAE 2.01. Optou-se por analisar a evolução em três períodos - 2017-2018, 2019-2021 e 2022-2023 -, para reduzir erros na alocação temporal do IED.

De acordo com os dados apurados pela versão compatibilizada da base, entre 2017 e 2023, 73 projetos do tipo IED foram confirmados no Brasil, somando um montante de US\$ 31,6 bilhões. Esse número representa, aproximadamente, 34% de todo o IED chinês destinado à América Latina no período.

Em quase todos os anos do período analisado, destaca-se a forte participação da indústria na distribuição por grandes setores do montante de investimentos chineses no Brasil, majoritária em todos os biênios, como mostra os dados em negrito na Tabela 1. O setor de serviços foi menos expressivo do que o industrial, mas ainda presente, mesmo que de forma intermitente. Por outro lado, o setor agropecuário apresentou uma participação limitada, sendo relevante apenas em 2017-2018, quando atraiu 11% dos investimentos.

Tabela 1 - IED chinês realizado no Brasil (2017 - 2023) por seções da CNAE 2.0

Seção CNAE 2.0	Valor (em US\$ milhões)					
	2017-2018		2019-2021		2022-2023	
Indústria	7.002	59%	11.567	98%	7.083	89%
Eletricidade e gás	5.945	50%	4.353	37%	4.218	53%
Indústrias de transformação	1.057	9%	783	7%	2.865	36%
Indústrias extrativas	0	0%	6.431	55%	0	0%
Serviços	3.467	29%	218	2%	875	11%
Transporte, armazenagem e correio	1.733	15%	207	2%	0	0%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	997	8%	8	0%	800	10%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	234	2%	0	0%	0	0%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	200	2%	0	0%	0	0%
Atividades administrativas e serviços complementares	140	1%	0	0%	0	0%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	100	1%	4	0%	75	1%
Alojamento e alimentação	62	1%	0	0%	0	0%
Informação e comunicação	0	0%	0	0%	0	0%
Agropecuária	1.353	11%	2	0%	0	0%
Total	11.821	100%	11.787	100%	7.959	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da versão compatibilizada da base de dados.

Aprofundando a análise para o nível de seção, o que é viabilizado pela classificação dos IEDs com base na CNAE 2.0, também apresentados na Tabela 1, nota-se que em 2017 e 2018, a seção eletricidade e gás no Brasil atraiu metade do valor total dos investimentos chineses no período. A

¹ Optou-se pela utilização de uma base de dados alternativa porque as bases oficiais do MOFCOM, do BCB e da UNCTAD possuem problemas de alocação causados por *trans-shipping* e *round-tripping*, além de serem altamente agregados e não permitirem análises desagregadas por setor ou empresa.

outra metade do valor dos investimentos foi pulverizada em diferentes seções, como transporte, armazenagem e correio, com 15%, indústrias de transformação, com 9%, e o setor de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, com 8%.

Entre 2019 e 2021, a indústria extrativa apareceu como a principal receptora no Brasil de investimento chinês. Pouco mais da metade do valor dos investimentos dessa indústria estavam associados à extração de petróleo e gás, com venda de 10% da participação da Petrobras no campo de Búzios para a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), pelo valor de US\$ 3,8 bilhões². A outra metade foi direcionada à atividade de mineração. Paralelamente, a participação da indústria de transformação (7%) manteve-se estável em relação ao período anterior, mas o setor de serviços perdeu participação, com apenas 2%, que foram destinados à seção de transporte, armazenagem e correio. Observa-se, portanto, que a diversificação parcial das prioridades chinesas no Brasil foi reconfigurada e os investimentos concentraram-se em atividades vinculadas a recursos naturais e energia, novamente realçando a estratégia chinesa de segurança energética e busca estratégica por recursos naturais.

No período 2022-2023, a indústria de eletricidade e gás voltou a ser o mais relevante destino dos investimentos chineses no Brasil, devido ao investimento de US\$ 3,8 bilhões da State Power Investment Corporation (SPIC) em dois projetos de geração de energia solar da Canadian Solar (Rodrigues, 2022). Além disso, observou-se a ascensão da indústria de transformação, impulsionada principalmente pela entrada de montadoras com intenção de produzir carros elétricos - a Great Wall Motor (GWM) comprou por US\$ 1,8 bilhões a fábrica da Mercedes-Benz e a BYD Auto Co. investiu US\$ 620 milhões em um complexo industrial.

Portanto, observa-se que a trajetória recente dos investimentos diretos chineses nos setores da economia brasileira sugere uma estratégia chinesa crescentemente voltada para a segurança energética, busca por recursos naturais e transferência tecnológica em setores como extração de petróleo e veículos elétricos.

4. Investimentos verdes, segurança energética chinesa e guerra comercial: o papel do Brasil na reconfiguração das estratégias de IDE chinês

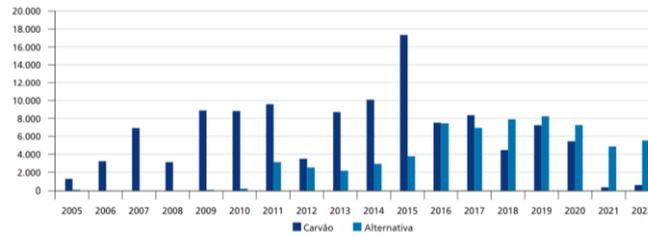
A transição energética ganhou grande relevância após o Acordo de Paris de 2015, que estabeleceu a meta de limitar o aumento da temperatura global a 2°C em relação aos níveis pré-industriais. Desde então, os esforços globais têm se intensificado, com diversas regiões, como a União Europeia (UE), definindo metas para alcançar uma economia de baixo carbono até 2050. Um dos desafios dessa transição é a matriz energética e elétrica de cada país, que precisa deixar de ser intensiva em carvão e outros materiais fósseis, reduzindo as emissões de CO₂ e outros gases de efeito estufa (GEE) (Arbache, 2024).

Nesse contexto, desde 2010, a China vem realizando investimentos direcionados a setores de energia limpa no Brasil, conforme mostra o Gráfico 2. Todavia, esses investimentos em energias renováveis, depois de 2016, não se concentraram em ativos relacionados à energia hidrelétrica, majoritariamente do tipo fusões e aquisições (F&A), mas foram direcionados para usinas solares e eólicas, em maior parte na modalidade greenfield. O estudo do IPEA (2023) mostra que o envolvimento chinês no setor de energias renováveis não convencionais se intensificou desde o lançamento da BRI International Green Development Coalition em 2019, levando a China a dominar 75% da capacidade produtiva global de módulos solares e a deter mais de 80% de participação em todos os estágios de fabricação de painéis fotovoltaicos em 2021 (IEA, 2022). Esse acelerado processo de desenvolvimento dos setores de energia eólica e solar, associado aos

² Esse interesse no setor petrolífero pode ser explicado, em parte, pelo notório potencial geológico nas áreas ofertadas, pelos incentivos para parcerias decorrentes da desalavancagem financeira da Petrobras e pela flexibilização das regras de conteúdo local a partir de 2017 (Zana, 2023).

incentivos governamentais, levou as empresas chinesas a canalizarem maior parte do IED destinado ao setor de energia na América Latina em fontes solar e eólica.

Gráfico 2 - IED chinês e contratos de construção obtidos por empresas chinesas no setor de carvão e em energias alternativas (2005-2022), em milhões de dólares correntes



Fonte: BEPI IPEA (2023), com base em dados do CGIT.

O movimento chinês de expandir investimentos no setor brasileiro de energias limpas está associado à estratégia global da China, que se projeta como um dos principais países no desenvolvimento de tecnologias verdes voltadas à redução das emissões de GEE (UNCTAD, 2023). Além dos investimentos em energias renováveis, empresas montadoras de carros híbridos, veículos alimentados por biocombustíveis e energia elétrica em alternativa aos combustíveis fósseis, como a BYD, começaram a investir de maneira mais intensiva na produção e comercialização de seus carros no Brasil a partir de 2022.

O crescimento nos chamados “investimentos verdes” evidenciam uma mudança de estratégia da China, colocando ênfase no enfrentamento às mudanças climáticas, alinhado à meta de alcançar a neutralidade de carbono até 2060, anunciada por Xi Jinping na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2020. Nesse cenário, o Brasil aparece como um parceiro estratégico em potencial, porque sua matriz energética e elétrica são as mais limpas dentre os países do G20, possui abundância de recursos hídricos, considerável capacidade de desenvolver um mercado de carbono, amplas reservas de minerais essenciais para a transição energética e uma posição geográfica vantajosa, distante de conflitos geopolíticos atuais, como a guerra entre Rússia e Ucrânia e os confrontos no Oriente Médio.

Nesse debate, o termo “powershoring” surge como uma possível resposta. O termo faz referência à estratégia de empresas que localizam sua produção em regiões com abundância de energia limpa e próximas de grandes centros de consumo. O objetivo é conseguir produzir e exportar bens de forma menos nociva ao meio ambiente, reduzindo os impactos ambientais e políticos provenientes de investimentos em combustíveis fósseis.

Outro importante aspecto desse debate é a guerra comercial/tecnológica entre China e Estados Unidos. É possível que o crescente investimento da China no setor de energia limpa em países em desenvolvimento, como o Brasil, seja uma resposta às tentativas de restrições dos EUA e da UE aos produtos chineses? White e Sandlund (2024) chamam a atenção para o fato de que enquanto os governos norte americano e europeu criticam a política industrial de Pequim e tentam dificultar a difusão de produtos chineses em seus territórios, o fluxo de investimentos chineses em países como Brasil, Tailândia e Indonésia³ tende a ser expandido, fortalecendo novos polos industriais fora dos mercados ocidentais tradicionais. Dessa forma, o aumento de investimentos em tecnologias limpas e em países em desenvolvimento podem ser vistos como formas da China adaptar seu perfil geográfico e setorial de IED e fazer frente às tensões comerciais com EUA e UE.

³Aiyar et al. (2023) argumentam que as firmas e os *policymakers* estão cada vez mais buscando uma estratégia *friend-shoring*, *nearshoring* e *reshoring* para tornar as cadeias produtivas menos vulneráveis às tensões geopolíticas.

Os discursos protecionistas de Donald Trump e o “mega tarifaço” aplicado, especialmente contra a China, adicionam mais um capítulo a essa guerra comercial. Sob seu comando, os EUA demonstram disposição em intensificar tarifas e barreiras comerciais contra produtos chineses, além de pressionar aliados a adotarem uma postura mais rígida em relação à China. Em paralelo, o Brasil, que tem a China e os EUA como principais parceiros comerciais, pode vir a enfrentar um dilema em suas relações internacionais: estreitar seus laços com a China pode prejudicar as relações diplomáticas com Washington. A gravidade do dilema dependerá, sobretudo, do grau de agressividade com que Trump buscará impor que seus aliados adotem posicionamentos mais assertivos diante da influência chinesa.

5. Conclusão

Este estudo contribuiu para a literatura em três frentes: i. verificando uma mudança no padrão de IED chinês no Brasil na direção de investimentos em energias de baixo carbono (energia eólica e solar) e carros híbridos e/ou elétricos; ii. apontando para a possibilidade desses IEDs reforçarem a vantagem de powershoring do país; iii. chamando atenção para o dilema geopolítico enfrentado pelo Brasil: por um lado, o país pode emergir como um destino estratégico para o capital chinês, sobretudo como alternativa às restrições enfrentadas em mercados tradicionais, mas, por outro, deve se preocupar com as possíveis sanções que uma recusa em se afastar da órbita chinesa pode causar.

Por fim, a trajetória do IED chinês no Brasil demonstra que essa relação tem se tornado cada vez mais estratégica no cenário econômico global. Além disso, a análise não apenas amplia o entendimento sobre os padrões de investimento, mas levanta discussões importantes para políticas públicas e estratégias empresariais que promovam um desenvolvimento econômico mais integrado e sustentável.

Referências

- ARBACHE, J. O powershoring como pilar da sustentabilidade nas relações Brasil-China. São Paulo: Conselho Empresarial Brasil China, 2024. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2024/06/20/o-powershoring-como-pilar-da-sustentabilidade-nas-relacoes-brasil-china/#>. Acesso em 15 nov. 2024.
- AIYAR, S.; MALACRINO, D.; PRESBITERO, A. Investing in friends: The role of geopolitical alignment in FDI flows. *European Journal of Political Economy*, v. 83, p. 102 - 508, 2024.
- BBC NEWS BRASIL. China investe no Sul Global para contornar tarifas dos EUA. BBC, 3 maio 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c20z786j7e2o>. Acesso em: 4 mai. 2025.
- GARCIA, A. Investimentos da China no Brasil, na África do Sul e na Índia: Arranjos Institucionais, Atores e Impactos. *Revista Tempo do Mundo*, [s.l.], v22, p. 149-174. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13446>. Acesso em: 12 out. 2024.
- HOEKMAN, B. *The Global Trade Slowdown: A New Normal?*. Paris: CEPR Press, 2015. Disponível em: <https://cepr.org/publications/books-and-reports/global-trade-slowdown-new-normal>. Acesso em: 07 fev. 2025.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Boletim de Economia e Política Internacional*. n35. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12205>. Acesso em 27 nov. 2024.

International Energy Agency. Global CO2 emissions rebounded to their highest level in history in 2021. IEA, 2022. Disponível em: <https://www.iea.org/news/global-co2-emissions-rebounded-to-their-highest-level-in-historyin-2021>. Acesso em: 27 nov. 2024.

LI, Z; GALLAGHER, K; MAUZERALL, D. Estimating Chinese Foreign Investment in the Electric Power Sector. Global China Initiative. v. 03, 2018.

RODRIGUES, R. Spic compra controle de usinas da Canadian e entra no setor solar. Valor Econômico, 02 jun. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/06/02/spic-compra-controle-de-usinas-da-canadian-e-entra-no-setor-solar.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2024.

United Nations Conference on Trade and Development. Non-equity modes of international production and development. Geneva: UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development, 2011. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>.

ZANA, E. Na Teia da China: Inserção da Indústria de Petróleo Brasileira nas Redes de Inovação e Internacionalização das Petrolíferas Chinesas na Era da Indústria 4.0. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/teses/2023/ZANA_ER_TESE_DOUTORADO_NA_TEA_DA_CHINA_29_MAIO_2023_POS_BANCA_FINAL.